

# **A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE UM POETA SUL-RIO-GRANDENSE: UMA BREVE INCURSÃO AO PENSAMENTO E À OBRA DE MÁRIO DE ARTAGÃO**

Francisco das Neves Alves  
Universidade Federal do Rio Grande

À virada do século XIX ao XX o mundo passava por amplas transformações que viriam a resultar nas duas conflagrações internacionais que marcaram esta última centúria. Tais mudanças em larga escala viriam a interferir diretamente nas formas de pensar e agir da humanidade, trazendo reflexos também no que tange à produção intelectual. Cada vez mais predominava o cientificismo e a perspectiva de que o homem sobrepujara a natureza, dominando o planeta e colocando-o à sua disposição, bem como se desenvolviam teorias que questionavam a ordem mundial. Através do imperialismo, as nações mais poderosas dividiam o mundo, fosse através do emaranhado capital financeiro e os investimentos nas mais variadas partes do globo, fosse pelo colonialismo propriamente dito, com o fatiamento de territórios notadamente no contexto afro-asiático e na Oceania, resultando em enfrentamentos cada vez mais acirrados que redundariam no armamentismo e na deflagração das duas guerras mundiais. Mas os contingentes populacionais não serviriam apenas para as conflagrações bélicas, pois recrudescia cada vez mais a quantidade de trabalhadores que se amontoavam nas cidades, formado um exército industrial de reserva o qual sustentava a vertiginosa industrialização e estimulava as variadas formas de expropriação da mão de obra assalariada, aprofundando intensamente o precipício das desigualdades sociais.

No Brasil, tal época seria marcada pela transição da monarquia à república, efetivando-se uma mudança político-institucional apenas no que tange à forma de governo, uma vez que as estruturas socioeconômicas permaneceram imutáveis, com a manutenção do padrão agroexportador calcado na produção cafeeira, ocorrendo apenas um deslocamento do poderio econômico e político da elite fluminense para a paulista. As massas de trabalhadores rurais e urbanos ficaram à parte de tal transformação, que em nada alterou as mazelas e disparidades sociais do país. A república nasceria sob o domínio do autoritarismo, para, mais tarde, fixar-se num modelo oligárquico com bafejos liberais. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o regime autoritário predominaria coercitivamente durante toda a República Velha, através de uma ditadura nos moldes conteanos fundada por Júlio de Castilhos, com ampla concentração de poderes e praticando um pleno exclusivismo político-partidário que não dava chances aos opositores de galgarem espaço junto ao aparelho do Estado.

O autoritarismo tanto na esfera federal quanto na estadual foi inclemente e draconiano em relação àqueles que discordavam dos novos detentores do poder, havendo uma forte tendência de perseguições e cerceamento. Se de um lado o mundo via os avanços do cientificismo e das mais variadas tendências ideológicas, de outro, era observado o incremento das intolerâncias governamentais que muitas vezes tolheram a liberdade de expressão e pensamento. Assim, os últimos anos do século XIX caracterizaram-se no Brasil por uma verdadeira “caça às bruxas” em relação aos possíveis inimigos do novo regime e de seus governantes, e dentre eles, os monarquistas foram os mais atingidos. No Rio Grande do Sul, com o predomínio do castilhismo e sua tendência

de não aceitar o contraditório, a coerção foi ainda mais enérgica e intransigente, atingindo muitos intelectuais que ousaram discordar. Dentre eles esteve o poeta Mário de Artagão que sustentou ardorosamente suas convicções monarquistas, indo de encontro à maré governista que avassalava as terras sulinas.

Mário de Artagão<sup>63</sup> era o pseudônimo de Antônio da Costa Corrêa Leite Filho, nascido na cidade do Rio Grande a 16 de dezembro de 1866. Filho do comendador Antônio da Costa Corrêa Leite, português de nascimento, e Amélia Pereira Leite, era, portanto, de família abastada ligada às lides mercantis, a qual enviou seus filhos para estudar na Europa. Nesse sentido, realizou seus estudos primários em sua localidade natal, passando, posteriormente, para o curso de Humanidades, o qual foi concluído na cidade portuguesa do Porto. Frequentou cursos superiores em Paris e em Hamburgo. Na Alemanha, ingressou na Faculdade de Filosofia e Direito, bacharelando-se em Filosofia, mas não chegando a completar o curso de Direito. Nesse meio tempo foi chamado de volta ao Brasil para assumir a função de representante comercial da grande firma exportadora e importadora pertencente à sua família. Veio então a residir no Recife, onde lançaria seu primeiro livro de poesias, *As infernais*, em 1889, o qual teve significativa aceitação, chegando a ser lançada uma segunda edição no ano seguinte. Em tal publicação, confirmava o nome artístico Mário de Artagão já assumido anteriormente e pelo qual ficaria mais conhecido. Na capital pernambucana casou-se e teve uma filha. Atuou também no Rio de Janeiro, regressando pouco depois ao Rio Grande para assumir a direção da firma comercial Leite & Cia. Ltda.

De volta à sua cidade natal, Antônio Corrêa Leite Filho desempenhou funções múltiplas. Além dos afazeres na empresa de sua família, viria a dirigir o Colégio Rio-Grandense e passou a escrever em diversos jornais, como era muito comum ao “homem de letras” de sua época. No Rio Grande, foi redator das publicações locais *Artista*, *Echo do Sul* e *Rio Grande do Sul*. Proclamada a república, Mário de Artagão não se curvaria à situação vigente, assumindo abertamente seus ideais monarquistas, chegando a fundar o jornal *A Actualidade* (1892-1893) para defender o regime decaído e combater os novos detentores do poder. Representante do típico intelectual de seu tempo, atuando em variadas áreas, ele foi professor, escritor, poeta, filósofo, conferencista, jornalista e teatrólogo. Era poliglota, dominando, além de sua língua materna, o inglês, o francês, o espanhol, o alemão e o italiano. Afora os jornais nos quais atuou no Rio Grande, foi colaborador do *Correio Mercantil* da vizinha cidade de Pelotas, e esteve na redação da *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro. Foi membro-fundador da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1902, além de ter sido membro de academias literárias em Paris e em Hamburgo.

Enquanto esteve no sul do Brasil, lançou as obras *Psaltério*, em 1894, *Psaltério na quermesse*, em 1896, *Janina*, em 1900, e *Música sacra*, em 1901. Contribuiu assiduamente com seus escritos no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e também no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. Por sua militância política, seria alvo das típicas perseguições sofridas pelos jornalistas nos primeiros tempos da república brasileira. Tendo sua liberdade ameaçada pelo cerceamento à livre expressão do pensamento, quando de sua atuação na *Actualidade*, chegou a ter de refugiar-se por oito meses no consulado inglês. Além disso, com a morte de seu pai, vendeu o valioso patrimônio da família e transferiu-se com a mesma para Lisboa, onde acabou por radicar-se a partir de 1905. Em Portugal, Corrêa Leite Filho manteve sua carreira

<sup>63</sup> Dados biográficos elaborados a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6, p. 242-243.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978. p. 308-309.; NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: Artext, 1987. p. 51-53.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: “A Nação”, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 268.

literária, lançando uma terceira edição de *As infernais* e uma segunda de *Psaltério*. Relançou também o drama *Janina* e publicou os poemas *No rastro das águias*, em 1925, e *Rimas pagãs*, em 1933, a conferência *Helláda – ninho dos deuses*, em 1934, e o drama *Feras à solta*, em 1936. São noticiadas ainda como suas obras inéditas os dramas *A taça* e *O grande exilado* e o romance *O senhor deputado*, além de *Crepe*, um poema sociológico, e *Darwinismo e deísmo*. Em terras portuguesas iria permanecer até a sua morte, ocorrida a 16 de agosto de 1937.

Ao longo de sua atuação literária, o autor manifestaria as várias etapas de sua formação estudantil e acadêmica, bem como suas cargas de leitura e vivências na Europa<sup>64</sup>. Dessa forma, foi no continente europeu que Mário de Artagão recebeu a educação literária que o extremou da cultura gaúcha em geral, de modo que a leitura de seus versos tinha por significado respirar o clima espiritual europeu, percorrer velhos caminhos do Ocidente e sentir o *pathos* lírico de povos mais velhos, mais próximos da matriz latina. Ele chegou a caminhar inicialmente por horizontes mais amplos, tentando inclusive a abordagem da literatura alemã, de que lhe ficaram no espírito certas marcas, visíveis na tessitura metafísica em que se enlevou o seu pensamento. Mas viria a abandonar o germanismo inicial, só se encontrando mais à vontade no momento em que, seguindo a lição do parnasianismo do português Junqueiro, deu arras ao seu inconformismo e à sua revolta, da qual passaria ao saudosismo, como no caso de quando cantou num longo poema o revés das armas portuguesas em Alcácer-Quibir, não fazendo mais do que traduzir o seu sebastianismo ingênito. Foi um pouco de tudo, encontrando-se em sua obra influências dos lusos Antônio Gomes Leal, Abílio Manuel Guerra Junqueiro e José Joaquim Cesário Verde, tendo misturado germanismo e lusitanismo, religiosidade e ateísmo, suavidade e rudeza.

Junto de outros poucos poetas gaúchos, foi bem superior a muitos de seus coetâneos e conterrâneos, pela inquietação metafísica e mesmo pelo aspecto formal, não vindo a ter no Rio Grande do Sul a boa acolhida que merecia do ponto de vista artístico. Sua ambivalência psicológica – nem português puro, nem brasileiro autêntico – acabaria por lhe prejudicar o renome. Nesse sentido, Mário de Artagão foi uma curiosa figura, pois conseguia ser ao mesmo tempo rebelde e inquieto, monarquista em política e darwinista em ciência. Sua poesia exprimia os vários estágios de uma inteligência “fim-de-século”, já que, partindo da revolta social, notadamente contra a Igreja, segundo a fórmula apostrofal de Junqueiro, acabaria por enamorar-se do neo-romantismo risonho e inconsequente de que davam notícia as peças em verso de Júlio Dantas.

Sua estreia com *As infernais* representava uma espécie de dramatização poética à maneira do poeta português Gomes Leal, ao descrever em cores macabras a vida de um indivíduo que, após uma vida imersa em orgias amorosas, morria abandonado e desiludido. O personagem passava ao inferno, para ser julgado por Lúcifer, e começava a historiar em sonetos suas aventuras e sentimentos terrenos. Uma vez realizada a confissão das delícias que usufruíra, aparecia-lhe Mário de Artagão em pessoa e dava cabo de Satanás, isto é, mostrava ao penitente que o seu julgador era uma criação “do frade e da beata” e, desfeita a ilusão, morria Lúcifer. Tal obra teve na época o seu êxito, mercê das mesmas causas que ajudaram a difundir no Brasil o socialismo anárquico-difuso inspirado no Teófilo Braga da primeira fase, e, sobretudo, a exasperação junqueriana.

Já *Música sacra* foi escrito, segundo o próprio poeta, em sua introdução, para acompanhar o réquiem angustioso advindo da saudade que gemia em torno de duas catacumbas adoradas. Apesar do título, a revolta nele se insinuava e assinalava os seus melhores momentos. Tal livro,

<sup>64</sup> As seguintes apreciações de cunho literário foram elaboradas a partir de CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 317-322.

contraditório em tudo, terminava com um suave poema de Natal. Nesse sentido, o inegável senso poético de Mário de Artagão se perdia sempre na mais aparatosa confusão de sentimentos, denunciadora de certa anarquia mental, a exemplo de alguns bons autores brasileiros e portugueses dos fins do século XIX. Um dos marcos desse itinerário em busca do nada foi *O Psaltério*, misto de panfleto monarquista, hino ao amor e espelho das frivolidades burguesas, constituindo verdadeira poesia de circunstância.

Ao chegar à maturidade, concebeu um livro menos ambicioso e muito mais homogêneo. Eram os poemetos dramatizados que compunham o pequeno volume *No rastro das águas*, embebidos de um caloroso sentimento luso, inclusive na evocação do *Desejado*, em harmonia com as convicções de quem, como o poeta rio-grandense, levava a extremos a sua solidariedade à monarquia. Nessa publicação, a forma se apresentava mais perfeita e o assunto sem descaídas, ressaltando-se a poesia em seus alexandrinos. Artagão escreveu ainda, entre outros, *O Psaltério na quermesse* e *Rimas pagãs*, o primeiro era um livrinho que representava uma fase de galanteria rimada em sua obra, com barcarolas, canções leves, coisas de criatura enamorada. Já o segundo trazia um retorno ao passado, com enternecidas manifestações quanto a muitas das coisas que perdera, até mesmo a terra natal. Na última parte, intitulada *Pátria distante*, lembrando-se do Brasil, deixava-se inclusive invadir por uma onda de ternura, e saudava o seu Rio Grande no soneto *O Gaúcho*, ainda convencional, mas nem por isso menos artístico.

As perseguições políticas e policiais sofridas pelo escritor foram denunciadas em suas obras, como no caso do *Psaltério*, no qual ele manifestava a sua dor e o seu espírito de revolta, considerando-os como eternos agregados na peregrinação da vida. Lamentava que seu livro tivesse demorado a vir a público, mas justificava que tal fato dera-se por imposições da política, que consumira quatro anos da sua “melhor mocidade”, devendo ser computado também o tempo de oito meses de refúgio que passara sob a protetora bandeira consular, num momento em que sua terra permanecia no decurso doloroso de esgotamento pelo sangue fratricida. Demarcava ainda o motivo de seu silêncio quanto à temática política, afirmando que em seu texto ficava a vacuidade de muitos trechos referentes a assuntos políticos, uma vez que ele se retirara cautelosamente a fim de evitar que a chave de algum soneto pudesse abrir-lhe as portas ao rancor do jacobinismo<sup>65</sup>.

O poeta referia-se também ao controle discursivo imposto aos escritores pelos primeiros governos republicanos brasileiros, criticando a prática da censura, desejando não tê-la visto oprimindo a sua alma, como se fosse um pecador contrito, entristecendo-o e deixando-o com o peito aflito diante da amargura imposta por tal procedimento governamental. Destacando o ano de 1893, aquele que marcaria a deflagração da Revolução Federalista, Artagão enfatizava que de tudo ainda lembrava, quando sua terra tinha uma textura igual à de Istambul – numa alusão ao governo ditatorial sul-rio-grandense – constituindo um lugar do qual fugiam pouco a pouco as suas “velhas crenças boas” – em referência aos ideais monárquicos –, abrindo espaço para a sua “feroz indignação”, diante do que não via muitas opções para confirmar o desejo de ver sua pátria mais livre<sup>66</sup>. O saudosismo em relação à época imperial também marcou a sua produção literária, como ao comparar duas bandeiras, uma na qual refulgia uma coroa, heroica e palpitante, com um brasão dos seus velhos sonhos e a outra que tinha uma espada esburacando os céus<sup>67</sup>, comparando a monarquia e a república no Brasil.

<sup>65</sup> ARTAGÃO, Mário de. *O psaltério*. Rio Grande: Livraria Americana, 1894. p. 10-11.

<sup>66</sup> ARTAGÃO, 1894. p. 83, 116 e 119.

<sup>67</sup> ARTAGÃO, Mário de. *Rimas pagãs*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1933.p. 121-122.

No que tange à sua atuação como jornalista, o ideário monárquico seria ainda mais decisivo nos escritos de Mário de Artagão. Após o advento da forma de governo republicana, manifestaram-se algumas ideias restauradoras no Brasil, de modo que as atividades dos monarquistas refletiam os esforços de um grupo político minoritário que procurou por todos os meios de que dispôs promover a queda do novo regime, chegando a ser responsabilizado pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da república, sendo, inclusive, usado para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos, bem como para justificar a repressão que tinha por objetivo o fortalecimento do poder<sup>68</sup>, e o jornalismo desempenharia importante papel da difusão de tal pensamento antirrepublicano.

O jornalista gaúcho demonstrava abertamente suas diferenças em relação aos novos governantes. Recordando o passado monárquico, ele trazia ao público aquilo que considerava como a lembrança imorredoura do tempo em que os brasileiros eram um povo de homens livres. Para o escritor, a república constituía um túmulo amaldiçoando um povo, pois, durante os poucos anos de sua existência, tal povo vestira o crepe das dores incuráveis e, consternado, debruçara-se sobre o cadáver da pátria. Artagão valorizava a voz e a vez da oposição ao governo, anunciando uma borrasca advinda dos opositores e seu grito apavorante, diante do que os adversários governistas, vacilando nos fofos pedestais de um poder efêmero, cercavam-se de canhões e sabres, esquecendo que as barricadas não foram feitas para um povo que tudo poderia destruir ao se sentir ferido nos seus brios e nos seus direitos<sup>69</sup>.

De peito aberto, Mário de Artagão expunha suas convicções nas folhas impressas, como ao afirmar que das colunas de sua lavra não cessaria de pregar para todos os amigos, que poderiam se irmanar, abraçados à crença política que com entusiasmo defendiam. Dizia ainda que seus leitores sempre o veriam dignamente colocado, qualquer que fosse o custo, pois faria sempre a sua propaganda, respeitando ininterruptamente a ordem e, sobretudo, a seriedade de um nome que buscava conservar imaculado<sup>70</sup>. De acordo com o jornalista, a nova forma de governo brasileira era inexequível, já que a república não tinha homens, e quando mesmo não houvesse outras causas que a condenassem, seria aquela suficiente para torná-la inviável na pátria brasileira. Considerava também que seria impossível ao povo acreditar na moralidade dos homens da república, diante do que afirmava que não cessava de olhar saudoso para o passado que não ia longe, e durante o qual foram escritas as páginas mais brilhantes do desinteresse e do patriotismo, numa clara alusão à forma de governo decaída<sup>71</sup>.

As folhas monarquistas brasileiras intentaram através de seus pronunciamentos demonstrar o quanto o país havia retrocedido com a nova forma de governo. Seguindo tais práticas, Mário de Artagão buscava apontar os erros administrativo-políticos e os desmandos socioeconômicos que estariam sendo promovidos pelos novos detentores do poder e realizava comparações sobre a vida brasileira sob os dois diferentes regimes de governo, apontando a monárquica como a ideal e a que melhor se adaptava ao contexto do país. O jornalista/poeta citava alguns dos acontecimentos que considerava como desmandos da administração pública brasileira como a sua política externa, as práticas financeiras inflacionárias, as doações de milhares de léguas de terras para alguns “felizes protegidos” do governo, o tráfico de condecorações e as promoções espontâneas aos militares governistas. Diante disso, questionava até quando duraria tal estado de coisas e fazia referência à revolta que espocava no Rio Grande do Sul, vendo nela uma esperança. Ainda assim, considerava

<sup>68</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11.

<sup>69</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6/set./1892; 7/set./1892; e 10/set./1892.

<sup>70</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 11/set./1892; e 13/set./1892.

<sup>71</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15/set./1892; e 16/set./1892.

que os brasileiros deveriam expiar as suas culpas, a sua ingratidão e a sua indiferença, devendo ser desmascarado o Brasil Republicano, quanto à corrupção, à fraude, aos latrocínios, às bancarrotas e até aos seus mortos<sup>72</sup>.

Na mesma linha, Artagão reclamava do “emudecer” da imprensa, do parlamento e da opinião pública, diante daquele “estado de coisas”, fator que só serviria para permitir que apenas o governo “falasse, pensasse e agisse”, transformando o Brasil num corpo inerte, atado à cauda de um ginete desenfreado. Na sua opinião, a falta de liberdade de expressão, característica dos primeiros governos republicanos, era inaceitável. Dessa forma, acusava os governantes de estarem submetendo o jornalismo ao regime da “palmatória”, através do controle direto das autoridades policiais, apontando tal atitude como um insulto atirado às bochechas dos jornalistas e como um desprezo da autoridade pela instituição da imprensa. Exclamava que o Brasil não era uma terra de turcos onde os jornais só escreviam o que o sultão desejava e que a imprensa, como uma conquista da civilização, precisava gozar da mais ampla liberdade, de maneira que toda a tentativa de sufocá-la entrava no capítulo das grandes temeridades<sup>73</sup>.

Comparando a liberdade de imprensa à época da monarquia com a do período republicano, Mário de Artagão afirmava que, nos “saudosos tempos” do Brasil Império era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia o maior acatamento, quando o velho imperador era o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse. Explicava que haviam mudado tais tempos, pois, com a república, quem quisesse ser digno do nome de jornalista, quem quisesse desempenhar com hombridade as suas atribuições no campo da imprensa estaria condenado a sofrer os destemperos dos que julgavam que o século ainda andava sujeito aos bolos das palmatórias. Nesse aspecto o escritor era incisivo e buscava enfrentar aqueles que pretendiam controlar a liberdade de expressão através da imprensa, desafiando que viessem de uma vez a inquisição e os autos-de-fé, pois ainda restaria o consolo de saber que diante do fatídico *crê ou morre* ainda muitos patrícios existiriam que abnegadamente haveriam de preferir *morrer sem crer*<sup>74</sup>.

A liberdade de imprensa, tão ardorosamente defendida por Mário de Artagão, não se constituiu, porém, num princípio que conseguiria garantir a continuidade da publicação do jornal que redigia. Ele já fora perseguido e até ameaçado de morte à época de seu trabalho no *Echo do Sul*, outro jornal rio-grandino, e passou a sofrer um controle cada vez mais próximo de parte das autoridades governistas, culminando com o seu refúgio forçado e posterior afastamento do Rio Grande do Sul. Desse modo, *A Actualidade* seguiria a sina de uma série de jornais monarquistas espalhados pelo Brasil que tiveram de fechar as suas portas, com o desencadear da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, implicados que foram seus responsáveis como participantes e incentivadores e/ou acusados de convivência em relação a tais movimentos rebeldes que desafiavam os governantes republicanos<sup>75</sup>. Assim, a repressão calaria a voz de Artagão que dizia ter a alma dilacerada pela dor e saudade dos tempos inolvidáveis das passadas grandezas nacionais. Com o afastamento do poeta da *Actualidade*, a redação do jornal anunciaria ao público que estava autorizada a informar que o seu chefe e amigo abandonara positivamente a imprensa política do país, buscando na tranquilidade do lar o consolo para muita desilusão e sofrimento, tendo pela

<sup>72</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 5/fev./1893.

<sup>73</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 5/fev./1893; e 4/set./1892.

<sup>74</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4/set./1892.

<sup>75</sup> ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 257-260; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 377-382.

frente a literatura e o magistério em cujo serviço iria colocar toda a sua dedicação e atividade<sup>76</sup>.

A ação de Mário de Artagão como intelectual e militante era reconhecida no exterior, como no caso de Portugal, de modo que tal conceito se fez presente junto da imprensa portuguesa, mesmo antes de seu autoexílio em terras lusitanas. Nesse sentido, o jornal *Commercio de Portugal* trazia ao público leitor luso um escrito do jornalista, afirmando que, como uma resposta aos que diziam que a ideia monárquica morrera no Brasil e que ela não passara de uma utopia ridícula, iria transcrever um “belo artigo”, da *Actualidade*, a comemorar o primeiro aniversário da sua fundação no Rio Grande do Sul. Enfatizava a publicação portuguesa que, com tal transcrição queria também prestar a homenagem do seu apreço e respeito, pelo “ilustre redator em chefe da honrada folha monárquica brasileira”, Mário de Artagão, que “tão corajosa e intrepidamente” sustentava as suas patrióticas ideias, e fazia propaganda calorosa pelo restabelecimento da monarquia no Brasil. No conteúdo do texto transcrito, o intelectual rio-grandense dizia que, com a coragem dos que tinham um dever a cumprir e com abnegação, metera a ombros a “gloriosa tarefa” de fundar uma folha abertamente monárquica no período mais agudo e mais anárquico da história nacional<sup>77</sup>. Tendo em vista suas convicções, Mário de Artagão afastou-se do Brasil republicano para a monárquica Portugal, entretanto, acabaria por conviver com mais uma transição de forma de governo em sua vida, ou seja, a implantação da república portuguesa.

Durante o autoexílio, Mário de Artagão não abandonaria sua produção literária. Ainda que suas convicções políticas, em algumas das obras escritas em terras portuguesas, ficassem mais presentes nas entrelinhas do que no conjunto dos textos, outras delas acabariam por transparecer em meio a tais livros. Ainda que fosse um ardoroso monarquista, Antônio da Costa Correia Leite Filho, desde seus primeiros trabalhos, sustentou certos pendores contrários à ampla predominância da religião católica. A princípio, tal pensamento poderia ser considerado uma significativa incoerência, pois como seria compatível sustentar ideias monárquicas e de defesa de um país que tivera uma forma de governo e uma constituição que previa o catolicismo como religião oficial e, ao mesmo tempo, manifestar-se antagonicamente em relação a tal religiosidade. Entretanto, a explicação se dá a partir da perspectiva pela qual vários pensadores e políticos da época monárquica, apoiavam ardorosamente um ideário anticlerical e mesmo contrário ao oficialismo religioso, com foi o caso de muitos dos seguidores do liberalismo. Além de tal aversão ao catolicismo, o autor manifestava também preocupações de cunho social, retratando as agruras da pobreza que não vivera na carne, mas pode observar nos diversos lugares em que esteve.

Na última de suas obras publicadas, *Feras à solta*, Mário de Artagão expressaria várias facetas desse pensamento anticlerical e de sua preocupação social. Tal obra foi editada em 1936, pela Gráfica Portuguesa, em Lisboa, e nela o autor se apresentava, já na capa, como membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, demonstrando seu apego ainda existente à terra natal, uma vez que pertencia a outras instituições acadêmico-culturais, mas preferira destacar o seu vínculo à entidade sul-rio-grandense. O livro trazia ao público, em essência, as conversas entre dois homens e, no primeiro capítulo, intitulado “Na Tasca”, era descrita uma noite de Natal, em um bairro excêntrico de uma grande cidade europeia, com um inverno fustigante, na qual se encontraram Patrício e Marcos, recolhendo-se a uma tasca de travejamento desconjuntado. Ambos desenvolviam diálogos que o escritor expressava na forma de versos, o primeiro era um religioso que mitigava suas agruras através da fé, o segundo, um incrédulo e cético para com os assuntos divinos e um revoltado com as desigualdades sociais. Na conversa, Marcos lastimava sua sorte e

<sup>76</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17/set./1892; e 4/maio/1894.

<sup>77</sup> COMMERCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 12/nov./1893.

situação de penúria, afirmando ao conhecido que não deveria pensar que ele sempre fora o esgarço de um esgarço, pois chegara a ter no brasão quartéis de bom costado e um bispo por avô, em estirpe sem igual, mais nobre que a dos reis na conquista do Graal. Mas acabara chegando àquela situação de um farrapo que chafurdava na lama, sem pão para comer e sem cama<sup>78</sup>.

Em seguida, Marcos fazia uma longa explanação sobre os caminhos e descaminhos de sua vida e suas formas de pensar e agir. Declarava que, apesar do sangue azul nas veias, lhe mordiam por dentro as desgraças alheias, como um sentimental idiota, ou um Quixote moderno, com pena dos pulmões que tossiam pelo inverno. Afirmava ainda que lera toda a Enciclopédia e Voltaire, o maldito, vindo um dia a despertar de bruços no infinito e, a cavalo no sonho, andar de astro em astro, a medir, a sondar, a farejar o rastro de um princípio sem fim. Dizia ainda que auscultara sem cansaço as válvulas senis do coração do espaço, e tudo cheirava a um açougue enorme, no qual, tragicamente, a morte nunca dormia e onde nada vira ou palpara que lhe desse um sentido forte, sacro, imortal, de um mundo concebido, só havendo em tudo uma luta vil e sem heróis. Comparava a existência a um casebre que haveria de cair, escanzelado e impuro, como caía na esterqueira um fruto de maduro, não passando disso a vida e a “harmonia celeste”, arrematava com ironia<sup>79</sup>.

Tendo em vista tal descrição, Patrício argumentava que o tempo fora agreste e torvo para eles, mas, embora também faminto, ele não sentia aquela mesma angústia de viver. Diante de tal asserção, Marcos salientava seu espírito de revolta, exclamando que o conformismo do outro se devia ao fato de que ele acreditava no Estado e ainda ia à missa, pedindo àquele pão, enquanto a Deus pedia justiça, dormindo a rezar ao pé da fogueira, que ainda haveria de lamber, convulsa, a Terra inteira. E prosseguia em suas críticas às crenças de Marcos, destacando que este abençoava a cruz que lhe enclavinha os pés e que precisaria ser parvo para ainda crer que Moisés tomara indigestões de maná no deserto, ou nos judeus atravessando o Mar Vermelho aberto e, irônico, afirmava que, estando às portas do Natal, quem sabe aquele desgraçado não teria a ventura de o céu mandar-lhe um faisão recheado. Diante de tantas imprecisões, Patrício perguntava se os céus ou Deus teriam feito algum mal ao seu interlocutor, o qual respondia que não se queixava, mas negava o bíblico mistério, que fora buscar o barro ao pó de um cemitério, não aceitando um ser que criava para depois matar, ao invés de manter uma Terra bailarina eternamente em flor<sup>80</sup>.

Provocando Marcos a respeito de suas crenças, Patrício afirmava que lia Kant, ao passo que o outro se dedicava a Bakunin. Aquele respondia em desafio que ele lia um revoltado e o outro, um pedante, e perguntava se o conhecido não iria concordar que, quando estiveram num catre de hospital, suas visões estavam muito mais ligadas a uma bomba e à ponta de punhal, ou questionava ainda se, na mesma situação, em noites hibernais, ouvindo o coração, como um martelo de aço a forçar uma porta, não teria dado um pontapé na velha crença morta. Mantendo o discurso antirreligioso, perguntava ao outro que também era pobre e se vestia como ele, por que não dava ao diabo a sua crença em Cristo. Voltando ao tema do tratamento hospitalar, associava a religião às desigualdades sociais, perguntando se seria normal que um nobre e gordo ratoneiro, só por ter dinheiro, lucrasse ainda mais com o roto cobertor de um triste lazarento e, mantendo o tom de revolta, exclamava que todos deveriam seguir avante, além da barricada, de onde romperia a nova madrugada<sup>81</sup>.

Ainda manifestando suas ideias anticlericais, Mário de Artagão, através do personagem

<sup>78</sup> ARTAGÃO, Mário de. *Feras à solta*. Lisboa: Gráfica Portuguesa, 1936. p. 5-6.

<sup>79</sup> ARTAGÃO, 1936. p. 7.

<sup>80</sup> ARTAGÃO, 1936. p. 8-9.

<sup>81</sup> ARTAGÃO, 1936. p. 9-10.



Marcos, questionava as “lendas do evangelho”, afirmando que, com mil anos, um livro sempre seria “velho”. Sobre o mesmo tema, referia-se ao “livro das necroses”, o compêndio secular de todas as nevroses, caruncho brutal de trágicas matanças que, com o gládio, sangrava o peito das crianças. Considerava a bíblia ainda como um livro que perturbava e era fantasista, que era surdo a um rouxinol, mas fazia falar um burro e parar o sol. Manifestava também sua descrença integrada à crítica de fundo social, declarando que Cristo pregara os códigos supremos num mundo muito diferente daquele em que eles estavam, não havendo lugar para viver pelo perdão, nas forjas e nos cais, nas gargantas das minas, no hálito letal das negras oficinas. Apontava que, em tais locais, o homem, a ulular, não vivia de perdão, precisando, ao invés disso, de mais ar, luz e pão. E complementava, argumentando que Jesus não tivera de enfrentar a cainçalha feroz da agiotagem moderna, esse inimigo audaz, impassível, viscoso, usurpador e voraz que vivia da usurpação do pobre que moirejava como um chacal que as podridões farejava<sup>82</sup>.

Ambos continuavam debatendo, cada qual com suas convicções, até o encerramento da conversa quando se separavam, para só voltar a um novo encontro em um outro capítulo do livro. Mas, antes de tal desfecho, Marcos faria uma longa peroração acerca das desigualdades sociais presentes nas vivências humanas desde os mais remotos tempos, mas que teriam se agravado na contemporaneidade, usando argumentos tão contundentes que até o crédulo Patrício, num estado de semi-embriaguez, acabaria dando razão a ele. O quadro seguinte apresenta as preocupações de natureza social de Mário de Artagão, presentes nas palavras de Marcos<sup>83</sup>:

*Os sonhos da Judéia! Horizontes sem asa,  
Que não iam além das campas de Gerasa!  
Nesses tempos de hipnose um rude assalariado  
Só conhecia o Templo e as relhas de um arado!  
Quisera vê-lo cá, nesta imensa agonia,  
A rilhar, soluçando, o pão de cada dia!  
Um mundo patriarcal! Um punhado de servos  
Sem a nossa revolta e sem os nossos nervos!  
Onde havia por lá os corações enfermos  
Que adoecem de tédio... inda antes de vivermos?!  
Guindastes anormais! Crepitações elétricas!  
O infinito da linha; as torvas linhas métricas  
Que varam o deserto e os matagais incultos  
Deixando pela estrada os corpos insepultos!  
Chispas em redemoinho, o fumo que sufoca  
E nos trás um sabor de sangue vivo à boca!  
Saturnismos fatais! Os mastodontes de aço  
Com os dentes da grelha a rir do nosso braço!  
Monopólios! Cartéis! As maltas industriais  
Talhando o mapa-mundi em pingues sucursais!  
As casas de penhor! A doirada canalha  
Que vê num barco o leito... e não vê a fomalha!  
A sôfrega avidez de bocas de criança,  
Mastigando de longe, em visões de faiança,  
Os restos que um nababo atira aos seus lacaios!*

*O mar-alto a rugir! A luta dos catraios  
Levando para o fundo o pescador indômito,  
Que lança para o céu a praga, como um vômito!  
A atroz terceira classe infecta dos porões!  
Um mineiro sem ar, na treva, aos apalhões!  
A guerra!... A guerra, enfim! A loba insaciada,  
Que derruba um herói, de borco, na escalada!  
E que são os heróis?! São sempre os nossos filhos,  
Que inda levam na boca o cheiro dos junquinhos  
Que uma noiva atirou à beira dos caminhos!  
Morrem a cantar, como os rouxinóis nos ninhos!  
E quem foi que os matou?... O Capital-Falperra,  
Sem entranhas, feroz, que manda para a guerra  
A mocidade em flor!... Sangue das nossas veias!  
Mas ele, o Parasita, arrotando nas ceias  
Um carnudo salmão comprado a peso de ouro,  
Bolsista, ladravaz, comensal do Tesouro,  
Enquanto o sangue espirra e golfa na trincheira,  
Lê os jornais... sorri... dá balanço à carteira,  
Consulta o Deve-e-Haver... depois queima um charuto,  
E dorme, regalado, um grande sono, o bruto!  
Quer tudo! Também quer que o bom Deus o proteja...  
Por isso, matinal e a pé, vai sempre à Igreja!  
Que lhe importa saber se o verbo amar é frouxo  
Quando o conjuga um lábio enregelado e roxo?!*

Apenas este primeiro capítulo da obra derradeira de Antônio da Costa Correia Leite Filho, *Feras à solta*, serve para observar uma faceta de seu pensamento presente em outros de seus livros,

<sup>82</sup> ARTAGÃO, 1936. p. 11-14.

<sup>83</sup> ARTAGÃO, 1936. p. 15-17.

manifestando um espírito revoltado em relação ao clericalismo e às mazelas sociais. O fato de politicamente ser identificado com a monarquia, numa convicção que lhe custaria inclusive o afastamento de sua pátria, não impedia que Mário de Artagão também pudesse militar nas ideias anticlericais, assim como, mesmo sendo um homem rico, não deixasse de ponderar quanto às injustiças de ordem social. Retomando as palavras de Guilhermino Cesar, citadas anteriormente, Artagão associava em seu ideário monarquia, darwinismo científico, revolta social e contrariedades em relação à Igreja. Naquela virada de século ele estudara em lugares diferentes e lera de muitas fontes diferenciadas, vindo a metabolizar, sintetizar e mesmo amalgamar princípios que vieram a nortear seu modo de pensar.

Em política, ele, como jornalista e poeta, colocou-se não só na oposição, mas também na resistência ao autoritarismo dos primeiros governantes republicanos tanto no contexto nacional, quanto no regional, enfrentando a repressão que lhe renderia o autoexílio. Por meio da imprensa e da literatura, ousou enfrentar os novos detentores do poder em sua sanha e intransigência contra os que discordavam do novo regime, ainda mais se os mesmos fossem monarquistas, até que não mais lhe foi possível continuar na ingloria empreitada, tendo em vista que o jornalismo brasileiro, nos primeiros anos da república, só teve duas alternativas – calar-se ou ser calado. A ferrenha insubordinação manifesta abertamente para com os republicanos trazia em si o gérmen do espírito de revolta que já manifestara em suas primeiras obras, e marcaria as demais que se seguiram, também voltado à excessiva religiosidade da sociedade brasileira e às diferenciações sociais.

Ainda que tenha sido a nova forma de governo que transformou o Brasil num país laico, eliminando a religião oficial da época imperial, o anticlericalismo não foi uma ideia presente apenas no pensamento republicano, uma vez que, ainda nos tempos monárquicos, muitos foram os homens públicos e intelectuais que, monarquistas e muitos deles políticos liberais, defenderam reformas no modelo institucional brasileiro, inclusive no que tange à presença de uma religião atrelada ao Estado, criticando-a com veemência. Nesse sentido, não deveria haver necessariamente contradição entre o monarquismo de Antonio Leite Filho e suas manifestações anticlericais. Já no que tange ao discurso voltado a denunciar as chagas de uma sociedade desigual, o poeta vinha de uma família abastada, que lhe garantiu excelentes condições de existência, bem como as oportunidades de conhecer o mundo e pensadores de variadas tendências, não sendo pouco comum entre estes, a existência de alguns que, mesmo não pertencendo às “classes populares”, tenham se dedicado a estudá-las e denunciar seus sofrimentos, como foi o caso do escritor rio-grandense. Mário de Artagão conviveu com diferentes formas de ver e pensar as sociedades, assimilando-as, apreendendo-as e interpretando-as à sua maneira, resultando em ideais uniformes e/ou amalgamados que compuseram suas convicções, as quais inevitavelmente viriam a marcar a sua produção literária, fosse aquela elaborada na juventude ou ainda quando estava em seus estertores, resultando numa obra ímpar e particular no rol da intelectualidade sul-rio-grandense.